

ORIENTAÇÃO Nº 6

CONTRATAÇÃO PÚBLICA | CUMPRIMENTO DO CCP

Após a minha entrada em funções no dia 11 de maio passado, decidi promover um levantamento exaustivo da situação dos fornecimentos de bens e serviços, bem como de outros procedimentos de contratação, uma vez que a Ordem dos Engenheiros está sujeita e obrigada à aplicação do Código de Contratação Pública (CCP), sujeita a auditorias do Tribunal de Contas, passou a ter uma tutela administrativa (Ministério do Planeamento e Infraestruturas), para além de ter de respeitar a Lei e ter de responder perante os seus 47.000 membros.

Do levantamento preliminar que foi realizado à situação de fornecimentos de bens e serviços dentro dos órgãos nacionais (Conselho Diretivo Nacional) foi com preocupação que verifiquei existirem desconformidades e situações que carecem de urgente reparo, para que, sobretudo, que não se repitam.

Com efeito, foram detetadas situações que configuram violações do CCP, alegadamente motivadas por desconhecimento das obrigações inerentes e decorrentes, o que, todavia, não serve de justificação, nem para tal deve ser invocado, tanto mais que a vigência do diploma data de 2009.

A obrigatoriedade de a Ordem dos Engenheiros assegurar que a cada aquisição ou prestação de bens, serviços e empreitadas esteja sempre associado um adequado processo de contratação e um suporte contratual adequado, obriga a que toda a cadeia interveniente tenham a perfeita noção das responsabilidades e das consequências associadas ao seu incumprimento.

Assim, é urgente e imperioso sanear todas as situações irregulares, sendo que, pelo meu lado, decidi suspender todo e qualquer pagamento inerente às situações que não têm suporte legal e, por consequência, contratual, o que origina perturbações no normal funcionamento dos serviços, mas que é uma posição incontornável.

Recordo que, em 23 de maio, nomeei uma *task force* para a realização deste trabalho, sob a coordenação da Dra. Salomé Moreira e que também integra o Engº João Vaz Lopes, o Dr. Vitor Rosa e, posteriormente, o Engº Miguel Pinto, na parte aplicável (obras).

Complementarmente, transmiti ao Secretário Geral, ao Diretor Administrativo e Financeiro (DAF) e aos Serviços Jurídicos, por escrito e verbalmente, rigorosas instruções para que sejam desencadeados mecanismos adequados aos procedimentos e normas de contratação pública que terão de recair sobre as diversas situações que foram agora detetadas, bem como mecanismos de controle e procedimentos que visem acautelar que, no futuro, tais situações não se repetirão, o que face ao número de processos a tratar requer o estabelecimento criterioso de prioridades.

De entre estas situações, para além de casos que já verti em Orientações preliminares, enviadas, entre outros, por emails no dia 7 de junho, encontram-se outras que **carecem de cumprimento e contínuo e efetivo acompanhamento**, tais como:

- **Rigorous conhecimento e cumprimento da legislação aplicável, dos procedimentos mais adequados a adotar**, dos prazos e demais obrigações inerentes e **decorrentes do Código de Contratação Pública**, para o que criei condições para que fosse ministradas ações de formação nesta área;
- **Monitorização contínua do cumprimento e dos prazos dos contratos e/ou procedimentos contratuais**, devendo o Diretor Administrativo e Financeiro criar mecanismos de aviso e alerta para evitar a sua caducidade devendo providenciar a preparação de procedimentos de renovação ou nova contratação, com a necessária antecedência, nunca inferior a 3 (três meses), ou mais, no caso de se tratar de concursos públicos, devendo solicitar o necessário apoio aos demais intervenientes no processo;
- **Monitorização contínua do valor acumulado de ajustes diretos contratados a um mesmo fornecedor** que, de acordo com o CCP, não podem ultrapassar o valor acumulado de 75.000 euros, o que a Direção Administrativa tem obrigação de controlar e alertar atempadamente os órgãos competentes;
- **Monitorização contínua dos prazos de validade dos contratos**, uma vez que se detetaram casos de contratos já caducados, ou em vias de caducar, para o que a Direção Administrativa também tem obrigação de controlar e alertar atempadamente os órgãos dirigentes, ie, pelo menos com 3 ou mais meses de antecedência;
- **Conforme referido, não haverá lugar a qualquer pagamento sem que existam documentos contratuais de suporte devidamente atualizados e conformes**;
- **Os Serviços jurídicos, em articulação com o DAF. deverão apresentar um mapa atualizado com todas as situações detetadas e dos procedimentos já adotados e a adotar**, para informação ao Conselho Diretivo Nacional e para monitorização futura da Direção Administrativa e Financeira;
- **No mesmo sentido, a Direção Administrativa e Financeira deverá passar a patentear mensalmente às reuniões do CDN um resumo de todos os pagamentos realizados, com indicação do suporte contratual ou legislativo subjacente**, em moldes e formato a acordar;

Os serviços jurídicos, através da Dra. Salomé Moreira, continuarão a prestar todos os esclarecimentos e apoio que sejam necessários.

O Dr. Vitor Rosa fica responsável, conforme decorre das atribuições e competências da área que gere, por apresentar mensalmente um Relatório com a monitorização destes assuntos para conhecimento do Conselho Diretivo Nacional.

A partir de agora, todo e qualquer assunto conexo com contratação pública deverá ser prévia e atempadamente colocado à consideração da Direção Administrativa e Financeira.

Esta ORIENTAÇÃO que passará a ser escrupulosamente cumprida, deverá ser amplamente divulgada por todos os órgãos envolvidos, ficando disponível na pasta de acesso público que foi criada no Servidor da Ordem dos Engenheiros.

Lisboa, 21 de julho de 2016

Carlos Alberto Mineiro Aires

Bastónário